

Educação do Campo: Movimentos Sociais e Análise do Cenário Educativo do Espaço Rural

Jefferson Felipe Marques da Silva¹ Leylanne Dias do Nascimento² Pablo Leandro Ferraz de
Lima³ Héerson Carlos Monteiro de Araújo Silva⁴ Ana Regina Marinho⁵

*Universidade de Pernambuco*¹²³⁴⁵

felipemii84@gmail.com¹ leylannedias@gmail.com² pablo14@hotmail.com³ h_mot_a@hotmail.com⁴
ana.marinho@upe.br⁵

Resumo

Este artigo visou analisar a atuação do Estado na aplicação das políticas públicas referentes à educação no campo. Para isso foi necessário expor a importância dos movimentos do campo pela educação e verificar a eficiência das diretrizes e propostas do programa PRONACAMPO. Como procedimento metodológico, foi realizada uma revisão bibliográfica de produções científicas referentes à educação do campo, cruzamento de informações entre o programa PRONACAMPO e os dados do SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (2010). A pesquisa trouxe informações a respeito da educação rural, escola do campo, bem como a participação dos movimentos sociais para educação do campo, e também um entendimento sobre diretrizes legais voltadas a escola no campo. Esse entendimento proporcionou a base para o cruzamento de informações entre o PRONACAMPO e o SENAR que revelou estatísticas insatisfatórias na aplicação do programa PRONACAMPO. Dessa forma, conclui-se que o PRONACAMPO é um programa abrangente que aborda diversas áreas da educação, além de promover projetos importantes às comunidades rurais, muitos deles reivindicados pelos movimentos sociais do campo. Contrapondo, os dados do SENAR mostram que apesar de serem obrigatórias, as reivindicações do programa ainda atingem um percentual baixo de escolas. Isso demonstra que o programa PRONACAMPO em teoria é sim eficiente, mas na prática se mostra insuficiente.

Palavras-chave: Educação do Campo, Escola do Campo, Escola Rural, Movimentos Sociais.

Introdução

O artigo visa explicar a importância da constante luta dos movimentos do campo por uma educação, a qual abranja a cultura das comunidades rurais. A exigência de professores, livros didáticos e atividades extracurriculares que expressem o cotidiano e a cultura dos estudantes do campo, tornam-se pontos essenciais nessa luta. Foi realizada uma análise de referências teóricas, através de dados apresentados pelo Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, comparando-os com os dados do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR.

Os movimentos de luta do campo exigem uma política educacional voltada à educação nesse meio. A educação rural de qualidade torna-se uma exigência dos movimentos, pois a cada avanço da luta dos povos do campo por uma melhoria no cotidiano rural, exigem-se cidadãos cada vez mais críticos, que conheçam a realidade e o espaço no qual estão inseridos. Entender a situação atual das comunidades rurais e de suas escolas é necessário para que os órgãos municipais e estaduais apliquem com responsabilidade as atuais diretrizes da educação básica no campo.

Dessa forma o objetivo principal do trabalho é analisar a atuação do Estado na aplicação das políticas públicas referentes à educação no campo. E dessa forma, estabeleceram-se os objetivos específicos de:

- Analisar as diretrizes de educação do campo: PRONACAMPO e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- Entender a origem e estabelecer a diferenciação entre educação rural e educação do campo.
- Compreender a participação dos movimentos sociais para educação no campo.
- Investigar a existência de políticas para a educação no campo.
- Verificar a condição escolar através do cruzamento de dados entre os documentos do PRONACAMPO e SENAR.

Metodologia

O trabalho foi desenvolvido através da análise qualitativa de documentos nacionais específicos para a educação do campo, da leitura de artigos e livros referentes à educação do campo, e a luta dos movimentos do campo.

O PRONACAMPO tem como objetivo disponibilizar apoio técnico e financeiro aos estados, municípios e ao Distrito Federal para a implantação das Políticas Públicas no Campo. Ele foi à principal base de pesquisa, por ser o maior e mais importante projeto voltado a educação do campo, isso por abranger áreas como: A utilização de livros didáticos específicos à cultura do campo, Bibliotecas nas escolas em zonas Rurais, Qualificação de Professores que conheçam a realidade do campo e a importância do espaço onde se encontram, o EJA (Educação de Jovens e Adultos), a exigência de escolas com infraestrutura física de qualidade e a utilização de tecnologias que auxiliem no processo de ensino.

As quatro propostas que o PRONACAMPO apresenta: Gestão e Prática Pedagógica, Formação de Professores, EJA (Educação de Jovens e Adultos), Infraestrutura física e tecnológica; foram analisadas e comparadas aos dados do SENAR (Serviço Nacional de Educação e Aprendizagem Rural), além do PNLD (Programa Nacional de Livro de Didáticos). A principal análise foi feita através de dados do SENAR (2010) e as propostas do programa PRONACAMPO.

Resultados e discussão

1. PRONACAMPO e a educação do campo

Partindo para o ponto físico das condições das escolas, vemos que a infraestrutura dos edifícios também influencia o processo de ensino dos estudantes do campo. O PRONACAMPO exige que a infraestrutura das escolas seja capaz de disponibilizar aos estudantes: “oferta de atividades pedagógicas, profissionalizantes, esportivas, culturais, de horta escolar, alojamentos para professores e educandos e espaço para a educação infantil.” (PRONACAMPO, 2013). O documento pede também que se tenha a inclusão digital, para que os estudantes tenham conhecimento das novas tecnologias, facilitando a compreensão dos conteúdos. Pede-se que se tenha: “computador interativo, conexão internet, conteúdos específicos e tecnologia visual, bem como a implantação de novos laboratórios Proinfo e a disponibilização de notebook UCA.” (PRONACAMPO, 2013). O sistema de esgoto adequado é essencial para a higiene e saúde os estudantes, professores e todos que participam do processo de ensino das escolas. A sua exigência é preciso para que não prejudique o processo de ensino/aprendizagem dos estudantes. O PDDE: Água e Esgoto Sanitário tem como objetivo, de acordo com o PRONACAMPO (2013): destinar recursos financeiros para as escola, para a promoção de abastecimento de água e esgoto. Existe além desses, outros dois programas, Luz Para Todos na Escola que tem como objetivo: “Garantir o fornecimento de energia elétrica às escolas, em articulação com o Programa Luz para Todos.” (PRONACAMPO, 2013), e o Transporte Escolar, onde o Estado tem como dever transporta os estudantes, docentes e funcionários até suas respectivas instituições.

Os dados do SENAR apontam que até 2010, às condições físicas dos edifícios não eram tão favorável para que os estudantes tenham uma condição adequada de estudo. Nele é apresentado que metade das escolas não possuía lâmpadas adequadas à sala de aula e que a rede elétrica de 64% das escolas não existe ou não é adequado para uso. A pesquisa aponta

também, que a Inclusão Digital, mesmo sendo uma exigência do PRONACAMPO, mostra que: 66% das escolas do campo não possuem computador, 68% não possuem impressora e 86% não possuem retroprojektor. Na questão da saúde e higiene, apenas 32% possuem banheiro adequado aos estudantes, e apenas em 24% delas possuem esgoto adequado.

A questão de infraestrutura influencia bastante no desenvolvimento cognitivo dos estudantes. Os dados apresentados mostram que até 2010 a falta de conforto aos estudantes é presente em mais da metade das escolas do campo. Dificultando assim uma difícil concorrência entre as escolas do campo e as escolas urbanas.

Assim como a disponibilidade de materiais e a estrutura das escolas, a formação e condições dos professores apresentam um papel de grande importância para a construção do conhecimento do povo do campo. O PRONACAMPO é responsável pela formação dos profissionais da educação com cursos de licenciatura em educação no campo, voltados para realidade do campo e oferecidos em instituições federais.

Segundo dados da pesquisa realizada pelo SENAR em 2010, 66% dos professores do campo possuem graduação, entre esses 67% têm sua formação em instituições particulares. Ainda, é visto que os dados apontados revelam que os professores que possuem seu curso presencial ou semipresencial (79%) obtiveram um empenho melhor em um teste realizado, pontuando nas médias 173 em língua portuguesa e 156 em matemática, enquanto os que fizeram seu curso à distância (21%), alcançaram nas médias, 160 pontos em língua portuguesa e 150 em matemática.

Outra constatação da pesquisa foi referente ao desempenho dos alunos com relação ao salário dos seus professores, mostrando que os alunos com os professores de maior renda (2 a 5 salários mínimos) obtiveram uma pontuação média de 188 em língua portuguesa e 191 em matemática, enquanto alunos com os professores com renda inferior a 2 salários mínimos alcançaram a pontuação média de 161 pontos em língua portuguesa e 124 4 em matemática.

Com isso, percebe-se que para se ter um melhor rendimento escolar no campo é preciso também um olhar especial para o profissional da educação. Os dados apresentados acima mostram que para uma educação básica de qualidade do campo é necessário que os cursos de licenciatura em educação no campo sejam de boa qualidade, além da remuneração não menosprezar essa profissão, trazendo uma remuneração satisfatória para os educadores do campo.

2. Diretrizes legais para a Escola no Campo

A legislação educacional brasileira prevê e regulariza a educação do campo através da “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 (LDB), em seus artigos 23 e 26 estabelece um novo marco na Educação do Campo [...]” (PRONACAMPO, 2013).

O Art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 determina um currículo comum ao ensino fundamental e médio, cujo conteúdo abrange as diversidades culturais de cada Região ou localidades. O presente art. da LDB mostra que a educação do campo deve ser inclusiva, expressiva quanto à cultura de cada comunidade. Além dos fatores culturais, os gestores e docentes das escolas do campo devem entender o dinamismo econômico e social da comunidade na qual exercem sua função. Para que isso aconteça é preciso uma formação inicial desses profissionais, sobre a comunidade. Eles devem buscar formas que façam os alunos serem mais críticos sobre a sua realidade local, e ao mesmo tempo explora neles o desejo de pôr em prática no seu cotidiano o que aprenderam na escola.

Carlos (2007) fala que é através do seu corpo e de seus sentidos que homem se apropria do espaço e do mundo. O estudante do campo passará a valoriza o espaço que faz parte quando ele entender a importância do espaço para ele, e para comunidade. O Art. 28 da LDB é referente à educação do campo para a população rural, mostra que as adaptações são necessárias, as peculiaridades da vida rural em cada região.

Art.28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias á sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural.
- II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas.
- III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

A diversidade sociocultural também é uma das propostas do PRONACAMPO, que observando os parâmetros do Conselho Nacional de Educação. Reafirma a identidade da escola do campo, um passo dado pelos movimentos do campo, na luta por uma escola voltada para o campo:

De acordo com o Parecer CNE/CEB nº 36/2001 a LDB, ao reconhecer a diversidade sócio-cultural e o direito à igualdade e à diferença, possibilitou a definição de diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo, que tratam a Educação do Campo no âmbito de um projeto de desenvolvimento onde as pessoas se inscrevem como sujeitos de direitos e supõe a identificação de um modo próprio de vida social e de utilização do espaço, reafirmando a identidade da escola do campo. (PRONACAMPO, 2013).

O programa mostra, com base na LDB, que o campo, como as outras modalidades de ensino, deve tratar da diversidade existente nele. Como também é preciso reafirmar a identidade do campo. O profissional de educação do campo não pode tratar de assuntos que não mostrem a realidade espacial dos estudantes.

3. Da Educação Rural à Escola do Campo

“Até então, em que pese o Brasil ter sido considerado um país de origem eminentemente agrária, a educação rural não foi sequer mencionada nos textos constitucionais de 1824 e 1891 [...]” (KOLLING, CERIOLI e CALDART, 2002, p. 34). A ausência de atuação do estado sobre a educação essa educação se estende até o início do sec. XX, como afirma Rocha, Passos e Carvalho (2004, p. 01):

A escola brasileira, de 1500 até o início do século XX, serviu e serve para atender às elites, sendo inacessível para grande parte da população rural. Para as elites do Brasil agrário, as mulheres, indígenas, negros (as) e trabalhadores (as) rurais não precisavam aprender a ler e escrever, pois, para desenvolver o trabalho agrícola o letramento era desnecessário.

Isso demonstra a política de negligência utilizada pelo estado para benefício da aristocracia agrária até então. Como confirmar Rosa e Caetano (2008, vol. 6 p.22) “O Estado, em suas formulações de diretrizes políticas e pedagógicas, nunca deixou regulamento como a escola do campo deveria funcionar e se organizar [...]. Isso mostra que o campo nunca foi um espaço prioritário para ação planejada e institucionalizada do Estado”, entretanto em 1920 surge a educação rural. Como forma de conter as migrações, o êxodo, inexistindo legislações, como relata Tessmann, Duarte e Dias (2015, Ed. 9, p. 111-130):

No Brasil, somente a partir dos anos de 1920, que a educação para os sujeitos do campo assume a centralidade das discussões e debates acadêmicos, devido, principalmente ao aumento do movimento migratório interno do referido país. Anteriormente a escola ofertada aos no espaço rural se caracterizava por sua descontinuidade e desordenamento, não existindo uma legislação que embasasse a sua organização.

Porém não funcionou, pois tinha como objetivo apenas conter as pessoas no campo e utilizá-las para mão de obra, de forma que continuavam sem se importar com a alfabetização das pessoas, que se fundamentam ainda mais a ideia de ruralismo pedagógico, ou seja, sugeria uma escola que atendesse os interesses da elite rural para a formação do trabalho agrícola, para que os filhos dos agricultores fixassem no campo. (TESSMANN, DUARTE e DIAS, 2015).

Com a chegada do fim da ditadura militar no Brasil, acontece a retomada de movimentos sociais e lutas por terras, que reivindicavam melhores condições de vida no campo, que eram associadas também a reivindicações por políticas públicas (estradas, postos de saúde e escolas), com a tentativa de relacionar as lutas de caráter econômico com as sociais e políticas.

[...] o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra compreende que existe um casamento necessário entre a conquista da terra e da educação. Também entende que só a terra não vai libertar o trabalhador da exploração, e que só a escola também não é capaz de libertar o Sem-Terra da expropriação e do latifúndio. Então, enfatiza que a Reforma Agrária é a junção dessas duas conquistas, ter acesso a terra, à escola, ao conhecimento e à escolarização (STÉDILE, 1994; CALDART, 2000 apud LOUZADA, DIAS, p. 01).

Mas essa educação seria totalmente diferente da anterior, pois além de ser uma conquista do movimento, teria regulamentação, leis para proteger de forma coesa e intensificada. Como afirma Rosa e Caetano (2008, vol.6 p. 21):

O direito à educação no Brasil derivou-se das lutas e conquistas democráticas ao longo dos últimos anos. Porém, tanto quanto um direito, a educação é um dever – dever do Estado, e, como tal, emergem obrigações que devem ser respeitadas e protegidas, inclusive por meio de lei.

A educação seria a valorização do espaço onde se encontra o indivíduo, de forma que se adaptassem em diferentes espaços, mas preservando sua identidade numa forma emancipatória do sujeito, superando as relações capitalistas latifundiárias e propondo uma nova maneira de organização, em que possa ser mais de um processo de produção, mas de vida. (TESSMANN, DUARTE e DIAS, 2015).

4. Participação dos Movimentos Sociais para educação do campo

O MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra apresenta um grande destaque por sua luta pela educação no campo. O MST foi fundado em 1984, com os principais objetivos de: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e por mudanças sociais no país. A alta taxa de

analfabetismo nos assentamentos, e do dificultoso acesso às escolas precárias oferecidas no campo, fizeram com que houvesse não somente uma reivindicação à posse de terra, como também, à construção do conhecimento e identidade educacional do povo do campo. Segundo Bauer (2008), “O enorme índice de analfabetismo e as exigências do capitalismo forçam os movimentos sociais a aplicarem esforços para superarem as dificuldades referentes à educação”. Posteriormente, essa reivindicação se tornou luta de todos os movimentos sociais do campo, que unidos, tentavam combater o alto corte de verbas direcionadas às escolas rurais e a falta de uma estrutura adequada para o ensino, que submetiam os moradores do campo a buscarem escolas no espaço urbano ou a desistência.

Além da insatisfatória estrutura, os movimentos sociais do campo contestavam e julgavam como errônea a metodologia de ensino aplicada na educação rural, pela carência de uma educação voltada à realidade dos camponeses, que fosse acompanhada de elementos cotidianos da população do campo. Como afirmava Comoio et. al. (2006 pg.74):

Uma transformação na educação rural requer mais do que melhorar fisicamente as escolas ou a qualificação dos professores. Implica necessariamente, a presença de um currículo baseado na vida e valores da população do campo para que o aprendizado escolar também possa ser instrumento para o desenvolvimento sociocultural do campo.

Os materiais oferecidos para as escolas do campo não beneficiam essa população, por vezes, eram utilizados elementos incomuns aos alunos através dos livros didáticos, que não eram específicos para a realidade vivida. Isso se tornava um empecilho para a construção do conhecimento, visto que, para que haja interesse em obter conhecimento, é necessário acima de tudo, conhecer a importância, sua utilidade e saber aplicá-lo.

É importante salientar que os movimentos sociais do campo conquistaram benefícios importantes para a educação, como as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo, aprovada em 2002; o PROCAMPO, que valoriza um sistema de ensino específico para as escolas rurais; o PROFERA, que tem como objetivo amplificar os níveis de escolarização dos trabalhadores rurais e o ProJovem Campo, voltado para agricultores com a proposta de inclusão de uma preparação do ensino fundamental. Sendo assim, de notável importância a participação desses movimentos para obtenção de êxitos e avanços na escola do campo.

5. Gestão e Prática Pedagógica

O PRONACAMPO coloca a Gestão e Prática Pedagógica, como eixo para uma reforma para educação de qualidade no campo, dividindo em quatro exigências: Livros didáticos gratuitos que falem da realidade espacial do campo, como os fatores sociais do cotidiano deles; Que todas as escolas possam ter bibliotecas para os estudantes; O programa Mais Educação; Como também o programa Escola da Terra. Essas exigências são para que as escolas nas zonas rurais possam transmitir a cultura local, e também possam buscar conhecimentos em outras regiões.

O **Programa Nacional de Livros Didáticos – PNLD Campo** possui o seguinte objetivo: que os estudantes do campo possam utilizar livros que tragam as especificidades da sua comunidade. Somando isso ao conhecimento científico de outras regiões. A análise e escolha desses livros por parte do PNLD Campo devem contar com a participação de gestores e professores das escolas do campo.

Contempla a elaboração e disponibilização de coleções com metodologias específicas voltadas a realidade do campo e com conteúdos curriculares que favoreçam a interação entre os conhecimentos científicos e os saberes das comunidades. (PRONACAMPO, 2013).

De acordo com a pesquisa realizada pelo SENAR, 98% das escolas pesquisadas possuem livros didáticos, e são utilizados pelos professores em sala de aula. Mas esse número perde qualidade, pelo fato de 68% das escolas recebem os livros no início do ano. Entretanto em 50% das escolas os livros são escolhidos por órgãos externos ou pelo professor com a equipe pedagógica.

O objetivo principal do Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE é que “as escolas da rede pública de ensino ampliem a compreensão de professores e estudantes sobre a temática da diversidade, inclusão e cidadania”. (PRONACAMPO, 2013)

Conforme edital PNBE/FNDE nº 1/2012, esta ação prevê a disponibilização de obras que abordem as temáticas da educação indígena, do campo e quilombola, para os direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações de gênero e diversidade sexual, as relações étnico-raciais, a juventude, a educação especial na perspectiva inclusiva e a educação de jovens e adultos. (PRONACAMPO, 2013).

Na modalidade do campo, deve compreender o contexto socioeconômico e cultural brasileiro, abordando: agroecologia, desenvolvimento sustentável, territorialidade, questão agrária, produção agrícola, desenvolvimento econômico, história e cultura das populações do campo. Entretanto a pesquisa do SENAR aponta que 70% das escolas do campo não possuem

bibliotecas. Os estudantes não têm acesso adequado à informação de sua cultura, nem da sociedade a qual o cerca.

Conclusão

A questão de infraestrutura influencia bastante no desenvolvimento cognitivo dos estudantes. Os dados apresentados mostram que até 2010 a falta de conforto aos estudantes é presente em mais da metade das escolas do campo. Dificultando assim uma difícil concorrência entre as escolas do campo e as escolas urbanas. Assim como a disponibilidade de materiais e a estrutura das escolas, a formação e condições dos professores apresentam um papel de grande importância para a construção do conhecimento do povo do campo. O PRONACAMPO é responsável pela formação dos profissionais da educação com cursos de licenciatura em educação no campo, voltados para realidade do campo e oferecidos em instituições federais.

A educação no Brasil tem de ser prioridade, inclusive a rural e conseqüentemente a do campo. Entretanto de forma gradativa legislações foram sendo criadas e assim nascendo às primeiras escolas rurais. Mas que não deu certo, pois interesses financeiros e individuais da aristocracia agrária sobrepuseram sobre o coletivo. Dito isso, e com o fracasso da rural, movimentos sociais do campo foram surgindo e criando uma nova forma de educação, a de interesse coletivo, ou seja, da população camponesa. Em que propuseram com mais ênfase a emancipação e os valores do seu meio.

É importante salientar que os movimentos sociais do campo conquistaram benefícios importantes para a educação, como as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo, aprovada em 2002; o PROCAMPO, que valoriza um sistema de ensino específico para as escolas rurais; o PROFERA, que tem como objetivo ampliar os níveis de escolarização dos trabalhadores rurais e o ProJovem Campo, voltado para agricultores com a proposta de inclusão de uma preparação do ensino fundamental. Sendo assim, de notável importância a participação desses movimentos para obtenção de êxitos e avanços na escola do campo.

A educação do campo surge como uma educação emancipadora, ao contrário da rural que seria adjacente dos latifundiários. Passando para o pressuposto de análise. Levando em consideração os movimentos sociais, é indispensável sua importância para o avanço das escolas rurais. As lutas e reivindicações para um novo cenário educacional fizeram com que

essas escolas atingissem um espaço ainda não alcançado. Com isso, faz-se necessário que esses movimentos permaneçam em estado de luta, para que as escolas do campo sejam cada vez mais incluídas em debates sobre educação, e assim, chegar ao grande propósito: escolas do campo reconhecidas e voltadas para realidade do seu povo.

A estrutura escolar, bem como a formação dos professores são essenciais no processo de aprendizagem dos estudantes. De acordo com o SENAR, mais da metade das escolas do campo não dispõem de condições físicas capazes de promover o conforto necessário aos seus estudantes. Aliado a isso, a desvalorização dos professores do campo levam a uma condição de desigualdade onde o estudante desse meio, vivência de uma experiência educacional inferior, quando comparado aos estudantes de escola regular.

Referências Bibliográficas.

BRASIL. Lei n. 9.394, 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e bases da educação nacional**, Brasília, DF, dez.1996.

BAUER, Carlos. Educação, Terra e Liberdade: princípios Educacionais do MST em perspectiva histórica. São Paulo: Xamã editora, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.

CORREIA, Deyse. **Lutas e Conquistas dos Movimentos Sociais do Campo pelo Direito à Educação**. In: I Encontro de Pesquisas e Práticas em Educação do Campo da Paraíba. João Pessoa- PB. 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Os Campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaços e territórios como categorias essenciais**. In: MOLINA, Mônica Castagna. Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

IBOPE Inteligência. **Projeto escolas rurais**. SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem, 2010

KOLLING, Edgar J.; CERIOLI, Paulo R.; CALDART, Roseli S.. **A educação do campo: identidade e políticas públicas**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2002. (Coleção por uma Educação Básica do Campo, no 4).

ROSA, Daniela Souza da; CAETANO, Maria Raquel. **Da educação rural à educação do campo: uma trajetória... Seus desafios e suas perspectivas**. Revista Científica da Faccat – Vol. 6, No 1-2, jan/dez 2008.

ROCHA, Eliane Novais; PASSOS, Joana C. dos; CARVALHO, Raquel A. de. **Educação do campo: Um olhar panorâmico.** Luziânia: II Conferência Nacional de Educação do Campo, 01 – 11 p., 2004.

SAMPAIO, Carlos et al. **A Educação no Brasil Rural.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

LOUZADA, Angélica R.; DIAS, Liz Cristiane. **Educação do Campo e o Ensino de Geografia.** Disponível em:
<http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Anais/Eixo%2008/Ang%C3%A9lica%20Rodrigues%20Louzada.pdf>. Acesso em: 18 de agosto 2018.

TESSMANN, Jéssica; DUARTE, Tiaraju; DIAS, Liz. **O ensino de geografia no contexto da educação do campo: mapas mentais e os espaços de vivência.** Interface, [S.L.], n. 09, p. 111-130, jun. 2015.